



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

JUCICLEA RIBEIRO RODRIGUES

**O TRABALHO DO PEDAGOGO SOCIAL NO CRAS: A RELEVÂNCIA DA
EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR**

ABAETETUBA-PA

2025

JUCICLEA RIBEIRO RODRIGUES

**O TRABALHO DO PEDAGOGO SOCIAL NO CRAS: A RELEVÂNCIA DA
EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA, como requisito parcial para a conclusão do curso de Pedagogia, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção.

ABAETETUBA-PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696t Rodrigues, Jucilea Ribeiro.
O trabalho do pedagogo social no cras : A relevância da
educação em ambiente não escolar / Jucilea Ribeiro Rodrigues. —
2025.
19 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Mariza Fellipe Assunção
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia,
Abaetetuba, 2025.

1. Pedagogia social. 2. Educação não formal. I. Título.

CDD 370

JUCICLEA RIBEIRO RODRIGUES

**O TRABALHO DO PEDAGOGO SOCIAL NO CRAS: A RELEVÂNCIA DA
EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA, como requisito parcial para a conclusão do curso de Pedagogia, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção.

Data de aprovação: 21/08/2025

Banca Examinadora:

(Orientadora FAECS/ UFPA)
Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção

(Membro – Avaliador- FAECS/ UFPA)
Prof.^a Dr.^a Crisolita Gonçalves dos Santos Costa

ABAETETUBA-PA

2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e força, por ter me sustentado em cada etapa desta caminhada. Foi ele quem renovou minhas esperanças nos momentos de cansaço, iluminou meu caminho diante das dificuldades e me deu coragem para não desistir. Sem a sua presença em minha vida, esta conquista não teria sido possível.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, José Maria e Benedita, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente. Agradeço, com todo o meu amor, aos meus filhos, Jhemison, Jhennifer e Jhuliana, e ao meu esposo, Vanildo, pelo carinho, incentivo e paciência em todos os momentos, sendo a base do meu sustento emocional.

Estendo também minha gratidão aos meus irmãos, João Batista, Josiane e Jaqueline, assim como aos meus sobrinhos, que tanto amo, bem como ao meu genro Wenderson, e à minha nora Luciana, pelo apoio, incentivo e companheirismo durante esta jornada. Deixo ainda uma especial dedicatória ao meu irmão Juarez, que partiu, mas permanece vivo em minha memória e em meu coração, sendo uma inspiração constante para seguir em frente e alcançar meus objetivos.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Mariza Felipe Assunção, pelas valiosas orientações, pelo suporte constante e pela dedicação que foram essenciais para a realização deste trabalho. Registro também meu reconhecimento aos meus colegas de turma e à minha equipe de trabalho em sala de aula, pelo convívio, pelas trocas e pelo apoio.

De modo especial, agradeço à minha colega Mariane Silva, que esteve comigo ao longo desses cinco anos de curso, compartilhando desafios, conquistas e aprendizados, sendo sempre parceira e amiga. Também deixo meu carinho à minha amiga Rosileide Melo, que foi a grande motivadora para que eu desse o primeiro passo rumo a essa conquista, tornando possível esta trajetória.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Pará e a todo o seu corpo docente e aos funcionários em geral, pela dedicação e oportunidade de aprendizado e crescimento que me proporcionaram, possibilitando a concretização deste sonho após cinco anos de esforço, perseverança e conquistas.

O TRABALHO DO PEDAGOGO SOCIAL NO CRAS: A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR

Jucilea Ribeiro Rodrigues¹

Prof^a. Dr^a. Mariza Felipe Assunção²

Resumo: O presente estudo discute o trabalho do pedagogo no contexto da pedagogia social, com ênfase em sua atuação nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tem como objetivo analisar informações sobre a prática desse profissional nesse espaço, ampliando a compreensão de suas funções e evidenciando sua contribuição para a inclusão, o exercício da cidadania e a transformação das realidades vivenciadas por famílias em situação de vulnerabilidade. A pesquisa fundamenta-se em autores como Freire (1979), Gohn (2006) e Libâneo (2007), adotando uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que o pedagogo exerce um papel essencial na promoção de ações educativas, na mediação de conflitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como no enfrentamento de situações de risco social. No âmbito do CRAS, sua atuação vai além da transmissão de conhecimentos, abrangendo também o fortalecimento da autoestima e o estímulo à autonomia dos usuários. Conclui-se que a educação, nesse contexto, configura-se como uma ferramenta potente que ultrapassa os limites do ensino formal, contribuindo de maneira significativa para a inclusão e a transformação social dos sujeitos atendidos.

Palavras-Chave: CRAS; Educação não formal; Pedagogia Social; Pedagogo.

Abstract This study discusses the work of the pedagogue in the context of social pedagogy, with an emphasis on their role in the Social Assistance Reference Centers (CRAS). It aims to analyze information about the practice of this professional in this setting, expanding the understanding of their functions and highlighting their contribution to social inclusion, the exercise of citizenship, and the transformation of the realities experienced by families in vulnerable situations. The research is based on authors such as Freire (1979), Gohn (2006), and Libâneo (2007), adopting a qualitative approach through bibliographic research. The results indicate that the pedagogue plays an essential role in promoting educational actions, mediating conflicts, strengthening family and community bonds, and addressing situations of social risk. Within the CRAS, their work goes beyond the mere transmission of knowledge, also encompassing the promotion of self-esteem and the encouragement of users' autonomy. It is concluded that education in this context constitutes a powerful tool that surpasses the limits of formal teaching, significantly contributing to the inclusion and social transformation of the individuals served.

Keywords: CRAS; Non-formal Education; Social Pedagogy; Pedagogue.

¹Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais – Campus de Abaetetuba – UFPA. E-mail: clearodrigues37@gmail.com

²Professora da FAECS – Campus Universitário de Abaetetuba – UFPA. E-mail: mfa@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Para Freire (1979, p. 84), “A Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Embora seja tradicionalmente ligada à escola, a educação hoje vai além desse espaço. Ela acontece também em outros ambientes, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde ganha novos significados. Nesses locais, o pedagogo tem um papel muito importante, ele ajuda a criar laços entre as pessoas, promove a inclusão social e contribui para que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham mais apoio e oportunidades.

No CRAS, o trabalho do pedagogo está inserido na perspectiva da educação não formal, por meio da criação e implementação de projetos que atendem a diferentes faixas etárias, de crianças a idosos. O objetivo desse estudo é analisar informações sobre a prática desse profissional nesse espaço, ampliando a compreensão de suas funções e evidenciando sua contribuição para a inclusão social, o exercício da cidadania e a transformação das realidades vivenciadas por famílias em situação de vulnerabilidade.

O interesse por esse tema surgiu a partir de uma vivência profissional nesse espaço, o que motivou a investigação mais sistematizada sobre sua atuação e os desafios enfrentados em contextos fora da escola tradicional. Esta pesquisa fundamenta-se em autores como Freire (1979), Gohn (2006) e Libânio (2007), cujas contribuições teóricas possibilitam compreender as múltiplas dimensões da prática pedagógica nesses ambientes.

A relevância deste estudo está em evidenciar o papel do pedagogo como agente de transformação social em contextos de vulnerabilidade, mostrando que sua atuação não se restringe ao ambiente escolar, mas amplia horizontes ao integrar práticas educativas à política de assistência social. Dessa forma, este trabalho contribui para a valorização desse profissional e para o fortalecimento das ações educativas não formais no âmbito do CRAS.

Com base nisso, a pesquisa adota a abordagem qualitativa de investigação científica. Segundo Severino (2014, p. 103), “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”. Assim, esse método é essencial e trará contribuições relevantes ao presente estudo. Nesse sentido, Triviños (1987) reforça que:

É importante salientar para a pesquisa qualitativa em geral, que entender a etnografia como o "estudo da cultura" desenvolve para o enfoque etnográfico dois conjuntos de pressupostos sobre o comportamento humano de extraordinária relevância para a investigação em educação. Com efeito, insere-se neste campo a ideia de "contexto", de uso mais ou menos comum entre os pesquisadores educacionais. (Triviños, 1987, p. 122).

Além disso, a pesquisa está amparada na técnica bibliográfica. Segundo Gil (2008, p.50), “ela é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”. O autor ainda esclarece:

Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (Gil, 2008, p. 50).

A combinação entre a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, articulando teoria e prática para uma reflexão crítica acerca do papel do pedagogo no CRAS. Dessa forma, busca-se oferecer subsídios conceituais que ampliem a compreensão sobre a atuação desse profissional nesse contexto.

Com base nesses fundamentos metodológicos, o trabalho organiza-se em três tópicos principais: inicialmente, apresenta o papel do CRAS no contexto da educação não escolar; em seguida, resgata sua importância histórica para a sociedade; e, por fim, discute a atuação do profissional nesse espaço, bem como os desafios enfrentados no exercício da profissão.

1- O CRAS no contexto da educação em ambiente não escolar

Segundo Libânio (2010, p. 31). “O campo educativo é bastante vasto, porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política”. Isso demonstra que a educação vai muito além da escola formal, ela acontece em muitos lugares. e está presente em diversos contextos sociais e culturais. Nesse cenário, surge a figura do pedagogo social, profissional que atua em espaços não escolares, desenvolvendo práticas educativas voltadas para a transformação da realidade e o fortalecimento comunitário. Entre esses espaços de atuação, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde os pedagogos desempenham papel fundamental no processo educativo e na promoção da inclusão social.

Nesses ambientes, o profissional atua não apenas como transmissor de conhecimento, mas como um agente de transformação social, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento

integral dos indivíduos, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, Gohn (2011, p.101-102) estabelece que esse profissional atua “a partir da definição de necessidades básicas de aprendizagem, vistas como “ferramentas essenciais para a aprendizagem” e de seus novos “conteúdos básicos”, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana”.

O trabalho do pedagogo social no CRAS tem como objetivo central a construção de um processo de socialização que fortaleça tanto os indivíduos quanto as comunidades. Sua atuação contribui para que os participantes se tornem cidadãos ativos, ampliando o acesso a novos conhecimentos e oportunidades. Nesse sentido, a educação não formal configura-se como uma aprendizagem que ocorre fora da estrutura escolar, mas que é intencional e orientada por objetivos claros, voltados para a formação integral e o desenvolvimento humano. Como destaca Libânio (2001, p. 5). “O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade”.

Assim, a educação não formal assume relevância na construção de novos conhecimentos e no estímulo ao desenvolvimento humano. O CRAS se apresenta como um espaço privilegiado para essa prática, uma vez que contribui para o fortalecimento das comunidades e favorece a criação de estratégias para enfrentar os desafios do cotidiano. Nesse sentido, Gohn (2006, p. 27-38) ressalta que “o trabalho do pedagogo nesse espaço informal objetiva construir um processo de socialização que capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos, além de abrir portas para novos conhecimentos”. Também Gohn (2011) amplia esse entendimento ao destacar que a educação não formal:

[...] era vista como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional técnico, educação básica, planejamento familiar etc. os conteúdos a serem adquiridos na aprendizagem via educação não formal, incluíam: atitudes positivas em relação à cooperação na família, trabalho, comunidade, colaboração para o crescimento nacional, progresso etc.; a alfabetização funcional; o conhecimento de habilidades funcionais para o planejamento familiar, sustentação econômica e participação cívica, além de uma visão científica para compreensão elementar de determinadas áreas específicas. (Gohn 2011, p. 100).

Diante disso, percebe-se que a educação se expandiu para além dos muros escolares, alcançando distintos ambientes sociais e coletivos. Nesse movimento, os profissionais da pedagogia passaram a atuar em diferentes espaços de educação não formal, contribuindo de maneira crítica e significativa para a formação humana em diversos setores da sociedade.

Libânio (2007, p. 514), reforça essa ampliação ao afirmar que a atuação do pedagogo se estende “às instâncias educativas não escolares (formadores, consultores, técnicos, orientadores que se ocupam de atividades pedagógicas em empresas, órgãos públicos, movimentos sociais, meios de comunicação; na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na formação profissional etc.)”. Dessa forma, o pedagogo assume um papel que vai além da mera transmissão de conteúdo, atuando como mediador de processos formativos que promovem inclusão social, fortalecimento comunitário e desenvolvimento integral dos sujeitos, sobretudo em contextos marcados por situações de vulnerabilidade.

No CRAS, por exemplo, esse profissional contribui para a articulação de saberes construídos no cotidiano, o estímulo à participação social e a criação de estratégias educativas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população atendida. Segundo Libânio, (2007, p. 513) “o pedagógico da ação educativa se expressa, justamente, na intencionalidade e no direcionamento dessa ação”. Esse posicionamento é necessário porque as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade.

Ademais, esse contexto evidencia a importância da educação não formal como um caminho legítimo e eficaz de aprendizagem, que ocorre fora da estrutura escolar tradicional, mas que contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos indivíduos. Por meio dela, é possível promover a cidadania, fortalecer vínculos sociais e ampliar oportunidades, especialmente para aqueles em situação de risco. Em síntese, a educação não formal, juntamente com a atuação do pedagogo em espaços como o CRAS, reafirma seu papel transformador na sociedade.

2- Resgate histórico da importância dos CRAS para a sociedade

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo na reformulação das políticas públicas brasileiras, especialmente no campo da assistência social. A partir desse momento, a assistência social passou a ser reconhecida como um direito de todo cidadão e um dever do Estado. Essa mudança consolidou o compromisso com a proteção de famílias, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, além do amparo contínuo a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social. Desse modo, o objetivo central passou a ser a promoção da inclusão social, o respeito à dignidade humana e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Brasil, 2012).

Inserido nesse contexto, está o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública responsável por ofertar a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo Brasil (2012), o CRAS atua no território municipal, identificando áreas com maiores índices de vulnerabilidade social, e promovendo ações que visam prevenir situações de risco bem como fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, sua principal função é aproximar os serviços socioassistenciais da população, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O trabalho desenvolvido no CRAS, segundo Brasil (2012), baseia-se no:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (Brasil, 2012, p.12).

Do ponto de vista jurídico, os CRAS são regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, por que estabelece os fundamentos, diretrizes e competências da política pública de assistência social no Brasil. Essa legislação reforça a assistência social como política de seguridade social não contributiva e define a função dos CRAS como porta de entrada do SUAS, voltada à oferta de serviços continuados de proteção social básica. Além disso, a LOAS determina que é dever do Estado garantir a proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo o acesso a direitos, o fortalecimento de vínculos e a superação de desigualdades, por meio de uma rede articulada de serviços, benefícios e programas socioassistenciais. Essa rede trabalha de forma articulada para promover o acesso a direitos, fortalecer vínculos familiares e comunitários e, por fim, ajudar a superar as desigualdades sociais que afetam essas populações. O foco é assegurar que as famílias em situação de risco tenham o apoio necessário para alcançar uma vida mais digna e autônoma, reforçando a responsabilidade do poder público na garantia da proteção social. (Brasil, 1993).

Entre as principais ações desenvolvidas pelo CRAS, destaca-se a promoção do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Um exemplo prático disso é o Serviço

de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que realiza o acompanhamento dos casos em situação de vulnerabilidade, oferecendo espaços de escuta, orientação. O objetivo dessa ação é prevenir a ruptura de laços familiares e sociais, além de estimular a construção de redes de apoio nos territórios. Conforme Brasil (2009):

O trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. O PAIF expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, à informação e à orientação, bem como à inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e acompanhamento sociofamiliar (Brasil, 2009, p. 6)

Além do atendimento direto às famílias, os CRAS têm papel essencial na facilitação do acesso da população a serviços públicos básicos, como saúde, educação, moradia, entre outros. Atuando diretamente nas comunidades, essas unidades identificam as principais dificuldades enfrentadas pelos usuários e promovem a articulação com outras políticas públicas. Dessa forma, contribuem para que os atendimentos ocorram de forma eficaz, respeitando as necessidades de cada um e garantindo que os direitos sociais sejam realizados de forma prática e acolhedora. Brasil (2012).

O CRAS também é responsável por oferecer uma série de serviços importantes para a comunidade. Entre eles, estão o Cadastro Único (CadÚnico) e o Programa Bolsa Família, que ajudam a identificar e apoiar financeiramente famílias de baixa renda, com foco em saúde e educação. Além disso, o CRAS faz encaminhamentos para outros serviços sociais, oferece orientação sobre benefícios e promove oficinas socioeducativas. Todas essas ações têm um objetivo principal: melhorar a qualidade de vida das pessoas atendidas. Segundo Brasil (2012).

Os serviços e ações ofertados no CRAS são acessados por demanda espontânea das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnico-racial, de gênero ou por deficiência, dentre outras), pela busca ativa de famílias feita pelos técnicos e, ou, o encaminhamento realizado pela rede sócio assistencial e pelos serviços das demais políticas públicas. (Brasil, 2012, p. 12).

O principal objetivo do CRAS é oferecer apoio a famílias que enfrentam dificuldades, seja por falta de recursos básicos ou por estarem expostas a situações de risco social. Para isso, conta com uma equipe técnica que realiza atendimentos constantes, acompanha de perto a

realidade dessas famílias e desenvolve ações que ajudam a melhorar a qualidade de vida. Entre essas ações estão a oferta de orientações, acesso a serviços e participação em atividades que fortalecem a cidadania, promovem a autonomia e fortalecem os laços familiares e comunitários. De acordo com Brasil (2009).

Acolher e garantir proteção integral; Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; Possibilitar a convivência comunitária; Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público (Brasil, 2009, p. 34).

Esse conjunto de ações evidencia o compromisso do CRAS com a proteção social básica, atuando diretamente no enfrentamento da pobreza, da discriminação social e das diversas formas de abuso e violência que afetam a vida das famílias.

Atuação direta de quem trabalha no CRAS ocorre de maneira integrada, por meio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais qualificados, que colaboram na elaboração, execução e avaliação das ações desenvolvidas no território onde está localizado. Segundo Brasil (2014, p. 21). “Os serviços e benefícios ofertados no CRAS devem ser desenvolvidos com base em trabalho social realizado por equipe composta por profissionais de diferentes formações, de maneira integrada e planejada”.

Nesse mesmo contexto, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), uma das ações centrais desenvolvidas pelo CRAS, com foco na prevenção de situações de risco social. Esse serviço é direcionado a públicos específicos, como crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e funciona por meio de atividades em grupo que promovem a convivência, o respeito, a solidariedade e o fortalecimento de laços familiares e comunitários.

Dentro desse cenário, ressalta-se o papel do pedagogo, cuja atuação no CRAS é essencial para a promoção da convivência social e do diálogo entre os indivíduos. Esse profissional organiza os grupos conforme suas demandas específicas e contribui para o fortalecimento dos vínculos da comunidade. O pedagogo atua com uma população marcada por desafios econômico, social e familiares. De acordo com Libânio (2005), o pedagogo é o profissional que participa ativamente de diversas dimensões da prática educativa, sendo

responsável por organizar os processos de ensino e aprendizagem, com o objetivo de contribuir de forma significativa para a evolução pessoal do público atendido.

3- A centralidade do trabalho do pedagogo na pedagogia social

A Pedagogia é entendida como a área do conhecimento dedicada ao estudo e à organização das práticas educativas, tendo como propósito compreender os modos pelos quais os sujeitos aprendem e se desenvolvem. Ela tem como foco principal a formação do ser humano, levando em conta fatores históricos, social, e culturais, que influenciam o processo de educar. Libânio (2001) enfatiza que a pedagogia vai além da simples preocupação com a escolarização de crianças e os métodos de ensino. Ela deve ser compreendida como um campo amplo de saberes que abrange a totalidade da problemática educativa, considerando sua dimensão histórica, além de servir como base orientadora para as práticas educativas.

A partir dessa perspectiva, a pedagogia compreende a educação como um processo contínuo que se desenvolve em diferentes espaços formais e não formais. Um exemplo disso é a pedagogia social que é uma área da educação que se desenvolve fora do ambiente escolar, voltada para apoiar a socialização e a aprendizagem de pessoas em situações de vulnerabilidade. Essa prática surgiu a partir de iniciativas educativas em espaços como centros comunitários, abrigos e instituições de assistência social. Seu principal objetivo é promover a inclusão, a cidadania e a emancipação de indivíduos e grupos, oferecendo recursos e estratégias que possibilitem enfrentar desafios sociais e construir perspectivas de vida mais dignas. Diferentemente da pedagogia escolar, centrada no currículo e na transmissão de conteúdo, a pedagogia social prioriza as relações humanas e utiliza a educação como ferramenta de transformação social, fortalecendo vínculos comunitários e incentivando a autonomia dos participantes. De acordo com Mota Neto e Oliveira (2018):

A pedagogia social, portanto, constitui uma teoria educacional não reduzida às tendências escolares e preocupada com a formação do ser humano em suas múltiplas relações sociais. Pedagogia essa que deve possibilitar a integração entre os saberes e as práticas cotidianas das populações socialmente excluídas com o saber científico, ao pautar uma educação inclusiva e para a diversidade cultural, que seja política e eticamente engajada com as problemáticas sociais dessas populações (Mota Neto; Oliveira, 2018, p. 25).

Quando se trata do trabalho do Pedagogo, muitas pessoas imaginam alguém ensinando dentro de uma sala de aula. Essa imagem faz parte da realidade, mas o papel desse profissional vai além. O Pedagogo também atua em espaços que não fazem parte da educação formal,

contribuindo de diferentes formas para o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas. Assim destaca Libânio (2005):

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (Libânio, 2005, p. 30).

Dessa forma, o pedagogo atua como um educador social, que trabalha junto a uma equipe interdisciplinar, que é composta por profissionais como assistentes sociais, psicólogos entre outros, que atuam de forma integrada para garantir a proteção social básica. Segundo Yamamoto (2012), suas atribuições no âmbito da assistência social consistem na realização de:

Visitas domiciliares; elaboração de relatórios; pareceres e laudos sociais; perícias; encaminhamento e serviços; atividades comunitárias para aquisição de bens e direitos; informações sobre direitos e serviços; estudos socioeconômicos; supervisão de estágio; elaboração de projetos; plantões sociais; atendimento às emergências; acompanhamento institucional; atendimento individual; contato com recursos comunitários; treinamento; assessoria; realização de palestras educativas; pesquisa; coordenação e controle de benefícios; triagem socioeconômica; educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos). (Yamamoto 2012, p. 28).

Com base nisso, Godinho (2022) destaca que as metodologias utilizadas no trabalho social são amplas e abrangentes, pois lidam com uma realidade complexa que deve ser analisada de forma integral. Essa análise considera o território, os indicadores sociais, as condições de vida e a situação específica vivenciada pelos indivíduos, elementos que, em conjunto, definem o conceito de vulnerabilidade. Diante disso, é notável que:

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência (Faleiros, 2014, p.710).

Dessa forma, o pedagogo se destaca especialmente na atuação junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que, segundo Brasil (2009), é um serviço realizado em grupos, com o objetivo de garantir o desenvolvimento gradual dos usuários ao longo de suas vidas. Além disso, ele visa complementar o trabalho social com as famílias e prevenir situações de risco que elas se encontram.

Esse serviço trata-se, portanto, de uma intervenção social planejada, que propõe desafios e orienta os usuários na construção de suas histórias individuais e coletivas, tanto no contexto familiar quanto comunitário. Ademais, promove trocas culturais, fortalece os vínculos

com as pessoas, incentiva a socialização com foco na prevenção e no desenvolvimento das capacidades dos indivíduos para enfrentarem situações de risco social.

O trabalho do pedagogo tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento social, emocional e educativo das famílias, por meio de várias atividades lúdicas, culturais e formativas. Essas atividades incluem brincadeiras, rodas de conversa, desenhos, histórias e dinâmicas em grupo. Elas ajudam no aprendizado, no respeito ao outro, na relação afetiva e na convivência com as pessoas, fortalecendo os laços familiares e incentivando o crescimento pessoal de cada um.

De acordo com Brasil (2016), essas ações consistem:

[...] como estratégias para se alcançar os objetivos específicos do serviço. Consistem em atividades complementares aos grupos. Buscam estimular a criatividade, propiciar o acesso dos usuários aos serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas, culturais, de esporte e lazer. As oficinas são estratégias para a integração dos eixos do serviço com os temas abordados e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos usuários com o serviço. Por meio do acesso dos usuários à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer, busca-se ampliar os serviços (Brasil, 2016, p.24).

Nesse mesmo sentido Godinho (2022, p. 157) ressalta: “Cada serviço, projeto e programa ofertado ou encaminhado pelo CRAS tem um objetivo em comum, que é intervir nas condições que os sujeitos se encontram, logo, as ações pedagógicas devem ser pautadas nesse propósito”. Assim, é possível identificar diferentes contextos sociais nos quais a atuação pedagógica se faz necessária com os objetivos da assistência social.

O pedagogo que atua nesses serviços desenvolve seu trabalho com o objetivo de estimular o público atendido a reconhecerem seu papel como protagonistas de suas próprias trajetórias. Por meio de atividades socioeducativas e de convivência, busca ser um agente de transformação social, ajudando na autonomia, nas relações sociais e no desenvolvimento pessoal. Segundo Libânio (2005), o pedagogo atua:

como investigador do processo educativo, visando a adequar esse processo à realidade do sujeito, que os pedagogos intervêm: A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário pelo simples fato de existirem socialmente. (Libânio, 2005, p. 97).

Portanto, ao longo das atividades desenvolvidas na rotina diária do CRAS, o pedagogo enfrenta alguns obstáculos no campo da educação não formal, é evidente a falta de reconhecimento da sua atuação. Essa visão limitada, que associa o pedagogo exclusivamente ao ambiente escolar, contribui para a construção de uma concepção distorcida sobre suas funções em outros contextos. De acordo com Santos, Costa e Nunes (2017):

[...] o objetivo principal dessa educação não é contrariar a educação regular, mas oportunizar aos sujeitos menos favorecidos uma oportunidade de aprendizagem flexível, respeitando o tempo de cada um para que ele possa sair da situação que se encontra e tenha suas necessidades básicas atendidas. (Santos, Costa e Nunes 2017, p. 5)

Vale ressaltar que essa percepção também pode decorrer tanto de fatores externos quanto da postura do próprio pedagogo, que por vezes restringe sua atuação à sala de aula, desconsiderando a relevância da educação em outros espaços sociais. A formação profissional também reforça essa visão, como aponta Brandão (2007), ao dizer que a sociedade passou a considerar a escola como o principal lugar de ensino e, por isso, como o único espaço de atuação do pedagogo. No entanto, é necessário ir além dessa visão e considerar as novas formas de educação e os diferentes espaços onde o pedagogo pode atuar na prática.

Dessa maneira, torna-se necessário ampliar a compreensão sobre trabalho do pedagogo, reconhecendo que a educação vai além dos "muros da escola" e exerce um papel crucial na formação cidadã e no desenvolvimento social. Ao valorizar sua atuação em diferentes contextos, como os espaços de assistência social, fortalece a importância da educação na transformação da realidade e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, é essencial que a formação e o reconhecimento profissional do pedagogo acompanhem essas mudanças, permitindo que ele contribua de forma mais ampla e significativa na vida das pessoas.

CONCLUSÃO

Portanto, este estudo mostrou que o trabalho do pedagogo no CRAS é essencial e vai além da sala de aula. Nesse espaço, o pedagogo ajuda pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, não só através de conteúdo educativos, mas também com escuta, apoio emocional, atividades em grupo e ações que fortalecem os laços familiares e comunitários.

Esse espaço de atuação é a principal porta de entrada para a política de assistência social no Brasil. Ele atua de forma preventiva, ajudando a população a superar desafios. Por meio de projetos e programas promove o desenvolvimento da autoestima, da autonomia e da convivência social. Ou seja, sua atuação contribui diretamente para melhorar a qualidade de vida dos usuários e para transformar difíceis realidades.

Assim, o papel do pedagogo nesse espaço vai além da sua função estabelecida no ambiente escolar, atuando como um agente de transformação social. Suas atribuições colaboram no desenvolvimento humano, social e cultural. Ao utilizar metodologias que promovem a convivência, a autonomia e a reflexão crítica, contribui diretamente para o empoderamento dos sujeitos, auxiliando-os a construir novas trajetórias e a ter acesso aos seus direitos.

Portanto, é fundamental reconhecer que a educação ultrapassa os limites físicos da escola, a aprendizagem e a troca de saberes acontecem em diversos contextos, enriquecendo a experiência educativa para além das estruturas tradicionais. No entanto, ainda persistem desafios para consolidar uma identidade valorizada do pedagogo em ambientes não escolares. Por isso, é importante valorizar o trabalho do pedagogo nesses espaços, reconhecendo que ele tem muito a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Lei orgânica da assistência social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília/DF, 1993.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF: trabalho social com famílias**. Vol.2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social/Sistema Único de Assistência Social, 2012. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS Brasília, DF 2013**. Tipificação de Serviços Socioassistenciais, reimpressão 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social – PNAS Caderno de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação Necessária para Proteção Social Básica**. Brasília, DF 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O serviço social no cotidiano: fios e desafios**. Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Cláudia Karolina Sousa. **Pedagogia social: Atuação do pedagogo dentro do centro de referência da assistência social-CRAS**. Educação e linguagens: ensino, formação e discursos, p. 157, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade**. In: CFESS, Atribuições Privativas do/a Assistente Social Em Questão. 1ª ed ampliada, Brasília, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar em revista, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005..

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA NETO, J. C.; OLIVEIRA, I. A. D. E. **Contribuições da educação popular à pedagogia social**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 21-35, set.- dez., 2018. Dóí: 10.1393/REP-v16n32017-art02.

SANTOS, Joana Darc Cardoso dos; COSTA, Artemízia Ribeiro Lima; NUNES, Albano Oliveira. **O Pedagogo no âmbito da Assistência Social**, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TRIVINOS, Augusto NS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa, v. 133, 1987.